

**Amazônia na Virada do Século: Atualização do Diagnóstico e Propostas Alternativas**

O Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vem, pela presente, propor uma conferência sobre alternativas para Amazônia na nova conjuntura nacional e internacional. A conferência, a ser realizada em Brasília em meados de maio, reunirá parlamentares, representantes dos governos estaduais, órgãos do governo federal, organizações da sociedade civil, instituições internacionais e a comunidade científica buscando construir um consenso em torno de ações emergenciais e políticas públicas que respondam à demanda urgente por alternativas de desenvolvimento da região, e que possam melhor articular os diversos programas e investimentos em curso ou propostas para a região. Para tal fim, entendemos como imprescindível uma reunião técnica preparatória, que congregue técnicos e cientistas para produzir uma atualização do diagnóstico socioambiental da região, levando em consideração fatos novos, como a descentralização administrativa, planos de desenvolvimento de infraestrutura (e o novo modelo de financiamento da mesma), e dados científicos novos que apontam um novo peso para Amazônia nas discussões do meio ambiente global. O produto dessa reunião será uma coleção de breves artigos temáticos, sintetizados num ensaio provocativo, que servirá como subsídio básico para a conferência.

**Justificativa**

Se a Amazônia entrou na agenda nacional e internacional sob forte influência da lenda do éden, parece ter saído sob a égide da versão governamental do mesmo mito. Inesperadamente inserida na pauta da política nacional por força da pressão ambientalista externa na década de 80, após 1992, a Amazônia virou para o Brasil um ponto pacífico, como se fosse uma história encerrada. Na verdade, algumas iniciativas inovadoras foram encaminhadas, como o Programa Piloto do G7, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, e o FUNBIO. A demarcação das terras indígenas avançou de forma significativa de 1990 até 1995, quando foram demarcadas mais terras indígenas do que em toda história anterior do país, principalmente na Amazônia. Algumas das distorções de mercado que mais flagrantemente estimulavam o desmatamento (crédito agrícola subsidiado, incentivos fiscais), acabaram ou foram restringidas. Entretanto, problemas estruturais, que dizem respeito a sustentabilidade da região, continuam sem resposta, e a base de dados que permitiria uma melhor avaliação dos novos programas e as perspectivas de modo geral se encontra bastante defasada. O INPE não faz o cálculo do desmatamento na Amazônia desde 1992, embora em 1995 tenha havido um aumento nas queimadas, que muitos pesquisadores entendem como um aumento no desmatamento. Os últimos dados do censo agropecuário disponíveis, que permitiriam um diagnóstico melhor do quadro fundiário, são de 1985. Enquanto isso, tudo indica que a pobreza e a falta de emprego nas periferias das grandes cidades da região continua ou se agrava; o setor público continua, de forma cada vez menos sustentável, sendo o maior fator de absorção de mão de obra da região; e a pequena produção na zona rural mantém o ritmo da rotatividade e da migração descapitalizada rural-urbana.

Ao mesmo tempo, a perspectiva de uma nova onda de desenvolvimento na infraestrutura da região -- desde estradas, ferrovias, até hidrovias e polos de desenvolvimento -- se configura, com uma expectativa grande de participação do setor privado. Os projetos apresentam graus de viabilidade econômica bastante diferenciados e a realização de alguns que estão em pauta até comprometeria a viabilidade de outros. Os efeitos socioambientais desses projetos, e do novo modelo de desenvolvimento pautado na quebra dos monopólios, a privatização, e a concessão de obras de infraestrutura ao setor privado, não aparecem na parca discussão que há sobre o futuro da região.

Da perspectiva global, enquanto a Amazônia saiu das manchetes, há indícios de que a região pode ter, além da conhecida riqueza de biodiversidade, uma importância inesperada para o equilíbrio global do clima. Tratam-se de resultados novos de pesquisa sobre a absorção do carbono pela floresta em pé, publicados recentemente na revista *Science*. Pela primeira vez, sugere-se que a floresta Amazônica em pé absorve bem mais gás carbônico do que produz no processo de fotossíntese, ou seja, que a floresta madura, em equilíbrio, age como um "carbon sink". Era consenso até então, que, embora queimar a floresta produzisse gás carbônico, a floresta madura tinha um papel neutro no orçamento global do mesmo. Se confirmada, a nova pesquisa requer repensar todos os cálculos dos efeitos antrópicos sobre o clima do planeta, e isso, no contexto de um consenso científico cada vez mais claro de que a terra está aquecendo, e a causa é a emissão do gás carbônico e outros. A perspectiva da Amazônia pesar nas discussões em torno da Convenção do Clima, inclusive as que tratam de transferência de recursos, se torna mais próxima.

Perante este quadro, é premente buscar um novo diagnóstico para a região, que permita avaliar as alternativas colocadas e suas possibilidades. Entendemos que existe uma demanda grande e crescente da região por políticas e ações que ofereçam uma perspectiva de condições melhores para a vasta maioria da população, e que contemplem, ao mesmo tempo, a preservação efetiva do patrimônio ecológico da região. Os resultados das últimas eleições são um sinal disso, na medida em que elegeram-se pela primeira vez ambientalistas assumidos para vários cargos importantes (no Acre e no Amapá, por exemplo), e outros políticos da região vem adotando de forma crescente o discurso do desenvolvimento sustentado (no Amazonas e Mato Grosso).

### **Organização da Conferência e Reunião Técnica Preparatória**

Tendo em vista a diversidade de temas que permeiam a questão do desenvolvimento da região Amazônica, optamos por definir alguns pontos prioritários na atual conjuntura nacional, que poderiam estabelecer parâmetros e paradigmas para a definição de políticas públicas coerentes para a região.

A reunião técnica preparatória terá a participação de renomados especialistas nos temas, em sua maioria com experiências de trabalho na Amazônia, e produzirá um documento de referência técnica para a Conferência.

A Conferência em si reunirá diversos segmentos da sociedade envolvidos com a região - políticos dos poderes executivo e legislativo, federal, estaduais e municipais, lideranças do movimento social, organizações não governamentais, empresários e pesquisadores -, e terá como objetivo definir estratégias de atuação para o desenvolvimento da região.

Durante a Conferência, deverão ser estabelecidas as parcerias necessárias para garantir uma perspectiva de incorporação dos resultados da mesma na pauta de definição das políticas públicas para a Amazônia Legal, nos âmbitos do Executivo e do Legislativo, a níveis federal, Estadual e Municipal. Para tanto, o espectro dos participantes desta segunda etapa do Seminário deverá ser amplo, respeitando critérios de relevância técnica, política e econômica.

### Temário

#### I. Quadro Institucional

- a. Descentralização e Participação
  - Atores institucionais; mudanças nos poderes federal, estadual e local; comparação de vantagens e riscos da descentralização nas áreas social, ambiental e indígena; possibilidades de participação, parcerias ou controle social nas diversas instâncias.

#### II. Finanças Públicas e Privadas

- a. Finanças Públicas
  - Atores institucionais e recursos comprometidos (Basa, Bndes, FNO, Banco do Brasil, etc.); os principais fluxos financeiros e as possibilidades de controle social.
- b. Investimentos Privados
  - Diálogo com o setor empresarial sobre investimentos em infra-estrutura e setores fortes (não só em atividades ainda inexpressivas tais como sistemas agroflorestais, extrativismo, ecoturismo e manejo florestal).

#### III. Infra-estrutura

- a. Transporte
  - Hidrovias, rodovias e ferrovias e seus impactos sociais e ambientais; Posturas adequadas para cada caso: denúncia, oposição total, oposição parcial, mecanismos de monitoramento, mitigação, compensação, etc.
- b. Energia
  - O que se propõe e o que está sendo feito

#### IV. Urbanização

- a. Políticas Urbanas
  - Problemas socio-ambientais urbanos em diversos tamanhos de cidade
- b. Fluxos Migratórios
  - Como manter populações rurais onde estão; Possibilidades de retorno ao campo ou a cidades médias e pequenas

## V. Economia Amazônica

- a. Inserção da Amazônia na Economia Nacional
  - De que vive a Amazônia; Qual a importância para a economia nacional; Qual o valor das exportações da região; Macrovetores; Emprego / Desemprego
- b. Especificidades Regionais
  - Evolução da economia amazônica; Qual o “peso” das alternativas na região - extrativismo, manejo sustentado florestal, sistemas agroflorestais, ecoturismo; Formas de organização de movimentos de agricultores, sem terra, extrativistas e indígenas; Alianças / Partidos Políticos; sócio-ambientalismo.

## VI. Diversidade Social e Biológica / Recursos Genéticos

- a. Biotecnologia
  - O que é; Instrumentos e iniciativas existentes (Tratado de biodiversidade, consórcios de bioprospecção, experiência do INBIO - Costa Rica, etc.); O que é que se faz atualmente com os recursos genéticos da Amazônia; Qual o grau de comprometimento da indústria farmacêutica com recursos genéticos.
- b. Uso social (regional) da biodiversidade
  - Garantias das condições de sustentabilidade da biodiversidade e da sociodiversidade
- c. Implicações econômicas
  - Até que ponto os recursos financeiros introduzidos devem ser compensação aos “proprietários intelectuais”

## VII. Clima

- Consenso científico; Perfil do problema; Convenção do clima; Aonde cabe à Amazônia

## VIII. Quadro Fundiário

- Uso de terras - agricultura / pecuária; concentração fundiária; Terras públicas - terras indígenas, unidades de conservação, áreas militares, terras devolutas - superposições, conflitos